

## DEDICATÓRIA

A todos os que contribuíram para a concretização do presente trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Chegada ao término destes longos meses de trabalho prevalece a satisfação de o ter completado, bem como a minha gratidão a todos os que, de uma forma ou de outra, com o seu incentivo e apoio, me auxiliaram a ultrapassar os momentos de maior desânimo e dificuldades.

Tornando-se quase impossível agradecer nominalmente a todos os que me acompanharam, refiro algumas palavras que expressam um sentido e profundo agradecimento:

À Professora Doutora Rosina Fernandes e à Professora Doutora Emília Martins, orientadora e co-orientadora respetivamente, o meu sincero agradecimento pela orientação e apoio incondicionais, pelo profissionalismo com que me acompanharam, por todo o saber transmitido, pelas críticas e opiniões, bem como por toda a disponibilidade e colaboração que sempre revelaram para comigo no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização do presente trabalho.

À Professora Doutora Maria João Amante, Coordenadora do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, agradeço o privilégio que tive em frequentar o Mestrado que me enriqueceu imenso enquanto profissional.

Aos docentes que lecionaram as unidades curriculares pertencentes ao Mestrado, o meu grande agradecimento por todos os conhecimentos transmitidos, por todas as vezes que estiveram dispostos no esclarecimento de dúvidas, pela transmissão do fascínio pelas ciências sociais, bem como por contribuírem para o meu crescimento profissional e pessoal.

A todos os adolescentes e jovens e monitores/animadores que, embora no anonimato, prestaram uma contribuição fundamental para que fosse possível concretizar o presente projeto de investigação na área de conhecimento em questão no estudo.

A toda a minha família, nomeadamente e sobretudo à minha mãe, pela persistência constante em não me deixar desistir nos momentos mais difíceis, pela confiança incansável nas minhas capacidades e por todo o orgulho demonstrado na pessoa em que me tornei, o meu maior e sincero obrigado.

À Lúcia Rocha, agradeço imenso pela ternura e carinho das palavras sempre certas que me levaram a nunca desistir, por todas as horas intermináveis que ocupou a estudar comigo e, sobretudo, por me fazer acreditar que sou capaz e que consigo alcançar qualquer objetivo que estipule. O meu maior e profundo agradecimento.

Aos meus amigos por todos os momentos de descontração que contribuíram para o meu equilíbrio, pela preocupação e companheirismo prestado, pelo incansável apoio, por permanecerem sempre por perto em todos os momentos, pela partilha de angústias e frustrações e, ainda, pelas diversas e longas reflexões conjuntas que permitiram alargar o meu horizonte e levar a cabo todo o trabalho desenvolvido.

Certamente que é impossível demonstrar através das minhas humildes palavras toda a minha gratidão, porém, espero ter sido clara e objetiva, transparecendo que um projeto de mestrado é, sem dúvida, um processo complexo, que só se tornou possível graças ao suporte de diversas pessoas às quais, mais uma vez, gostaria de deixar o meu grande e sincero agradecimento.

## RESUMO

A autonomia traduz-se numa habilidade relacional cujo desenvolvimento ocorre ao longo de toda a vida sendo influenciada por variáveis individuais, contextuais e familiares diversas (Barbosa & Wagner, 2015). O estudo apresentado procura compreender a autonomia, percecionada por 42 adolescentes/jovens e por 66 monitores/animadores, e o contributo da participação em Colónias de Férias neste âmbito, atendendo a variáveis sociodemográficas e institucionais. A amostra de adolescentes/jovens foi sobretudo do litoral (69%), género feminino (76.2%) e 68.8% que ainda se encontravam institucionalizados. Quanto aos monitores, a maioria era do litoral (77.3%), encontrava-se a trabalhar (84.8%), 63.6% do género masculino e apresentava idade média de 28 anos. Foi aplicado aos adolescentes o Questionário de Autonomia dos Adolescentes e um instrumento construído especificamente para o estudo aos monitores. Recorreu-se ao SPSS IBM 23 para a análise de dados. Relativamente à autonomia dos adolescentes/jovens percecionada pelos próprios verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre: 1) rapazes (melhores resultados) e raparigas na independência e autonomia cognitiva; 2) grupos etários (13-17 vs. 18-24) na auto-determinação (resultados superiores dos 13 aos 17); 3) os que residiam ainda em instituição ou não (médias mais elevadas) na independência; 4) e adolescentes e jovens institucionalizados (resultados mais favoráveis) e não institucionalizados na auto-determinação e autonomia total. Em relação à contribuição das Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens, percecionada pelos próprios e pelos monitores/animadores, não se verificaram resultados estatisticamente significativos. Será fundamental continuar a explorar estas questões inerentes à compreensão da autonomia, nomeadamente atendendo a variáveis de natureza diversa, incluindo aspetos pessoais e contextuais.

**Palavras-chave:** adolescentes/jovens, monitores/animadores, autonomia, colónias de férias.

## **ABSTRACT**

The autonomy refers to a relational ability that grows lifelong influenced by individual, contextual and familiar variables (Barbosa & Wagner, 2015). The following study aims to understand the autonomy perceived by 42 teenagers/young people and 66 monitors/animators as well as the contribution of participations in Holidays Camps in this sense, considering sociodemographic and institucional. The teenagers/youngs were in large number from coast (69%), females (76.2%) and people who still are institutionalized (68.8%). As for the monitors, the majority lived in the coast (77.3%), most of them had a job (84.8%) and there were more males (63.6%), with the medium age of 28 years. The Adolescents Autonomy Questionnaire was applied to adolescents and an instrument built specifically for the study of the monitors. SPSS IBM23 was used for data analysis. For the teenagers and young's autonomy, there was some statistically significant differences between: 1- boys (better results) and girls on independence and cognitive autonomy; 2- age groups (13-17 vs 18-24) on self-determination (higher levels on 13-17 group); 3- those who still live in institution and those who don't (higher results), on independence; 4- institutionalized and non-institutionalized individuals (better results) on self-determination and total autonomy. In relation to the contribution of Holidays Camps for the teenagers and youngs autonomy, there were not statistically significant results. Its fundamental that we continue to explore this questions about autonomy to have a better knowledge, particularly about the contribution of the personal and contextual variables.

**Key words:** teenagers/youngsters, monitors/animators, autonomy, holiday camps.

## ÍNDICE

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	iii
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iv
<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	x
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	xi
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	3
<b>1. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO/PERIGO</b> .....	3
1.1. <i>Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo em Portugal</i> .....	4
1.2. <i>O papel dos Lares de Infância e Juventude (LIJ) no acolhimento de crianças e jovens em perigo</i> .....	6
<b>2. AUTONOMIA E COLÓNIAS DE FÉRIAS</b> .....	7
2.1. <i>Concetualização de autonomia</i> .....	7
2.2. <i>Contributo das Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes/jovens</i> .....	11
<b>CAPÍTULO II – PROJETO DE INVESTIGAÇÃO</b> .....	14
<b>1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO</b> .....	14
1.1. <i>Formulação do problema</i> .....	14
1.2. <i>Formulação de hipóteses</i> .....	14
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	15
2.1. <i>Definição e operacionalização das variáveis</i> .....	15
2.1.1. <i>Variáveis independentes</i> .....	15
2.1.2. <i>Variáveis dependentes</i> .....	16
2.2. <i>Sujeitos: população e amostra</i> .....	16
2.3. <i>Instrumentos</i> .....	17
2.4. <i>Procedimento</i> .....	19
2.5. <i>Técnicas estatísticas e grau de confiança</i> .....	20
<b>3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b> .....	21
3.1. <i>Autonomia percecionada pelos adolescentes/jovens</i> .....	21
3.2. <i>Contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percecionada pelos mesmos</i> .....	24
3.3. <i>Contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percecionada pelos monitores/animadores</i> .....	26

<b>CONCLUSÃO</b> .....	29
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	31
<b>ANEXOS</b> .....	38
<b>ANEXO A – Questionário dos adolescentes</b> .....	39
<b>ANEXO B – Questionário dos monitores/animadores</b> .....	42
<b>ANEXO C – Pedido de autorização para a utilização do instrumento</b> .....	45

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – <i>Caracterização sociodemográfica dos adolescentes e jovens</i> .....	17
Tabela 2 – <i>Caracterização sociodemográfica dos monitores/animadores</i> .....	17
Tabela 3 – <i>Autonomia percecionada pelos adolescentes e jovens</i> .....	22
Tabela 4 – <i>Autonomia percecionada pelos adolescentes/jovens, em função do género</i> .....	23
Tabela 5 – <i>Autonomia percecionada pelos adolescentes/jovens, em função da faixa etária (dos 13 aos 17 e dos 18 aos 24)</i> .....	23
Tabela 6 – <i>Autonomia percecionada pelos adolescentes/jovens, em função da institucionalização</i> .....	24
Tabela 7 - <i>Contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percecionada pelos mesmos</i> .....	25
Tabela 8 – <i>Contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percecionada pelos monitores/animadores</i> .....	27

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças

ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social, I.P.

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PII – Plano de Intervenção Imediata

PSEI - Plano Socioeducativo Individual

QAA – Questionário de Autonomia nos Adolescentes

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

## INTRODUÇÃO

A Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1990), no artigo 31, reconhece à criança o direito ao lazer e às atividades recreativas e culturais, ao repouso, aos seus tempos livres próprios, bem como à livre participação em atividades de foro cultural e artístico. Surdi, Cunha, Galvão e Grunennvaldt (2013) reforçam esta ideia afirmando que é consensual que o lazer é imprescindível para todo o ser humano, traduzindo-se num dado antropológico, ontológico, sociológico, psicológico e ainda jurídico.

Quando este e outros direitos das crianças não são assegurados e esta se encontra em perigo, o acolhimento institucional constitui-se como uma medida de proteção fundamental, pretendendo-se que seja temporária (Gomes, 2010). Segundo a autora, o mesmo tem por objetivo a proteção das crianças e jovens de questões como a negligência, os maus tratos e a incapacidade revelada pelos pais/mães ou adultos que detenham a sua guarda. Pretende-se que a institucionalização assegure o desenvolvimento ajustado destas crianças e jovens em todos os domínios incluindo no âmbito da sua autonomia.

A mesma fonte revela ainda que, no que diz respeito à autonomia das crianças e jovens em risco, é essencial distinguir os conceitos de autonomia e autonomização. Assim, a autora define a autonomia como sendo a capacidade de assumir responsabilidade individual por assuntos e opções próprias. Por outro lado, a autonomização diz respeito à fase final da intervenção sobre a autonomia, levando o jovem a refletir e a desenvolver estratégias, visando a sua saída da instituição e consequente plena autonomia de vida (Gomes, 2010).

Para além da instituição ou da família, outros contextos se revelam fundamentais no desenvolvimento da autonomia, na medida em que esta é influenciada por inúmeras variáveis de natureza pessoal e contextual diversa (Barbosa & Wagner, 2015), incluindo os contextos de lazer.

Dumazedier (1976) afirma que o lazer é constituído por um conjunto de ocupações que visam o repouso, o divertimento e ainda o desenvolver de informação e da formação de forma desinteressada. Neste seguimento, Pérez (1993, cit. por Lopes, 2005) defende que um dos contextos de tempo livre propício a situações privilegiadas de educação é o campo/colónia de férias, no qual a prática de animação, na sua modalidade educativa, é vista como um aspeto fulcral na medida em que promove o desenvolvimento integral dos participantes.

Neste sentido, as Colónias de Férias, segundo Bonfim, Vacas e Martins (1996), traduzem-se numa resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra de rotina, fundamentais ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus participantes. Segundo os autores, são uma instituição física essencial no que diz respeito à promoção de momentos de lazer à comunidade.

Desta forma, o presente projeto académico desenvolvido no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, do Instituto Politécnico de Viseu, apresenta como objetivo principal a compreensão da importância da participação em Colónias de Férias na autonomia dos adolescentes e jovens, percebida pelos próprios e pelos monitores/animadores, atendendo a variáveis sociodemográficas (género, idade, ocupação e região) e institucionais (institucionalização) diversas.

No que concerne à estrutura do trabalho, o mesmo organiza-se em dois capítulos distintos. O primeiro capítulo reservou-se para a revisão da literatura nos domínios apresentados (crianças e jovens em perigo e institucionalização, concetualização de autonomia e participação em colónias de férias). Por fim, o segundo e último capítulo diz respeito ao projeto de investigação, no qual é descrita a metodologia utilizada, bem como efetuada a apresentação e respetiva discussão de resultados obtidos na tentativa de encontrar “respostas” e conclusões alusivas ao objetivo proposto.

## **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO/PERIGO**

O estudo do conceito de crianças e jovens em risco/perigo tem dado origem a diversas perspectivas, transformando o mesmo num conceito heterogéneo e amplo na sua definição (Fonseca, 2004, cit. por Santos, 2010).

De acordo com a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) (2015), as situações de risco correspondem a um conceito mais amplo e abrangente do que o das situações de perigo, tipificadas na Lei. Assim, tendo por base a mesma fonte, as situações de risco implicam um grave perigo para a concretização dos direitos das crianças. Se mantidas e/ou agudizadas, essas mesmas situações de risco, poderão conduzir a situações de perigo, na ausência de quaisquer fatores de proteção ou compensatórios. Apesar do descrito, nem todas as situações de perigo decorrem de uma situação de risco prévia, o que por si só determina e legitima a intervenção do Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude (CNPCJR, 2015).

Diversos autores consideram que a criança se encontra em situação de risco quando a mesma se encontra exposta a fatores psicossociais que comprometam o seu desenvolvimento normativo (Poletto & Koller, 2008). Hutz, Koller e Bandeira (1996, cit. por Poletto & Koller, 2008), acrescentam que a existência de fatores de risco pode acentuar a condição de vulnerabilidade, originando situações de perigo em que a criança está impossibilitada de dar resposta a essas mesmas circunstâncias. Desta forma, depreende-se que não é suficiente a existência duma situação que se limite a afetar os direitos fundamentais das crianças, é necessário que estas se encontrem desprotegidas face a esse mesmo perigo (CNPCJR, 2015).

A Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Lei nº142/2015, de 8 de setembro, por forma a exemplificar o descrito anteriormente, apresenta algumas situações que se agregam no conceito de perigo, tais como: estar abandonada ou viver entregue a si própria; sofrer maus tratos físicos ou psíquicos; ser vítima de abusos sexuais; não receber os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; ser obrigada a atividades ou trabalhos excessivos /inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e estar sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o

representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação.

A mesma Lei apresenta medidas de promoção dos direitos e de proteção, que têm como finalidades o afastamento do perigo em que a criança ou o jovem se encontra, bem como proporcionar-lhes as condições que lhes permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e garantir a sua recuperação física e psicológica (artigo 34º). De acordo com a LPCJP, nomeadamente o art.º 35º, as medidas de promoção e proteção são as seguintes: a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar; f) acolhimento residencial; e g) confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção (Lei nº142/2015, de 8 de setembro). A LPCJP prevê ainda, no art.º 35º, n.º 3, a existência de dois tipos de medidas, sendo as mesmas a executar no meio natural de vida – previstas nas alíneas a), b), c) e d) – ou, quando estas não são possíveis, de colocação, previstas nas alíneas e) e f) (Lei nº142/2015, de 8 de setembro).

Sumariamente, de acordo com o Instituto da Segurança Social (ISS) (2015) compreende-se que a problemática das crianças e jovens em risco/perigo justifica medidas sociais e jurídicas que envolvam toda a sociedade numa vivência participada e ativa da cidadania. A mesma fonte salienta que o debate sobre a criação de respostas eficientes e positivas implica uma preparação teórico-prática, bem como o envolvimento de todos os intervenientes. Assim, de acordo com o relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento (CASA) das crianças e jovens, relativo a 2014 (ISS, 2015), o esforço anteriormente definido traduz-se na assinatura do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário assinado entre o Estado e as diversas Uniãoes que representam as instituições de solidariedade para o biénio de 2015/2016, que assumem um papel fundamental na proteção destas crianças/jovens, quando as medidas em meio natural não podem ser implementadas.

### *1.1. Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo em Portugal*

Como foi referido anteriormente, quando a execução da medida de promoção e proteção não pode ser em meio natural, surgem as medidas de colocação, nomeadamente o acolhimento, que pode ser familiar ou residencial. Atendendo ao objetivo deste trabalho, focar-nos-emos neste enquadramento teórico no último.

De acordo com a LPCJP, o acolhimento institucional remete para a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamentos de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garanta os cuidados básicos adequados às suas necessidades e lhes proporcione condições que possibilitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (art.º 49º, Lei 142/2015, de 8 de setembro).

O sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens em perigo, encontra-se organizado numa estrutura tripartida: acolhimento de emergência, acolhimento temporário e acolhimento prolongado (Carvalho, 2013). Segundo a mesma autora, o acolhimento de emergência diz respeito à execução da medida de promoção e proteção em unidades ou vagas de emergência vocacionadas para o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em perigo. O acolhimento temporário é relativo a casos de crianças e jovens cujas necessidades de afastamento da família são temporárias, por um prazo de seis meses, podendo decorrer em dois tipos de recursos: Centro de Acolhimento Temporário (CAT) ou famílias de acolhimento (Carvalho, 2013). A autora aponta ainda o acolhimento prolongado, utilizado apenas quando esgotadas todas as possibilidades junto da família de origem, como sendo um acolhimento de caráter definitivo, cumprido em Lares de Infância e Juventude (LIJ).

De acordo com o ISS (2012), em 2007, através do Despacho n.º 8393/2007, de maio de 2007, foi criado o Plano Desafios, Oportunidades e Mudança (DOM), com vista à implementação de medidas de qualificação da rede de LIJ's, procurando incentivar uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, visando a sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil. Assim, Lourenço (2014) defende que o Plano DOM originou uma mudança no paradigma do sistema de acolhimento, permitindo o diagnóstico da realidade funcional e organizativa das instituições de acolhimento prolongado e ainda dotando as instituições de recursos humanos e técnicos necessários, assegurando um acolhimento de qualidade e a rápida e desejável desinstitucionalização das crianças e jovens.

Segundo os dados do relatório CASA 2014, no ano de 2014 existiu um ligeiro aumento no número de crianças e jovens em situação de acolhimento comparativamente ao ano de 2013, sendo que se encontravam acolhidas, naquele ano, 8470 crianças e jovens e 2143 iniciaram o processo de acolhimento em instituição (ISS, 2015). A mesma fonte revela que no que diz respeito à distribuição por sexo, apresentava-se um ligeiro predomínio de crianças e jovens do sexo masculino (51.9%), em comparação com 48.1% do sexo feminino e ainda, que 68.8% das crianças e jovens em

situação de acolhimento têm 12 ou mais anos de idade. Como já foi referido, o acolhimento destas crianças e jovens, de ambos os géneros e diferentes idades, pode ocorrer em diferentes estruturas/respostas, sendo que a que iremos aprofundar neste trabalho se refere ao LIJ.

## *1.2. O papel dos Lares de Infância e Juventude (LIJ) no acolhimento de crianças e jovens em perigo*

No que diz respeito à definição de LIJ, Santos (2010) salienta que se refere a uma entidade que prevê o acolhimento de adolescentes e jovens adultos com mais de 12 anos em situação de perigo, com duração superior a 6 meses, tendo por base a aplicação de medidas de promoção e proteção, procurando estruturar a vida do adolescente/jovem tão aproximada quanto possível à das famílias. O ISS (2010, p.7) também define os LIJ's como uma "resposta social, desenvolvida em equipamentos, destinada ao acolhimento de jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção". Segundo o Plano de Intervenção Imediata (PII) (2009), apesar do previsto na Lei quanto à idade dos destinatários, é expressivo o número de crianças acolhidas em LIJ's entre os 3 e os 5 anos de idade.

De acordo com a Direção-Geral da Segurança Social e o ISS (2012, cit. por Carvalho, 2013), os objetivos dos LIJ's passam por: assegurar alojamento; garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar; assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade; bem como promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e as comissões de proteção de crianças e jovens, com vista à sua gradual autonomização.

No que diz respeito ao regime de funcionamento das instituições, Carvalho (2013) acrescenta que os LIJ's podem ser especializados ou ter valências especializadas, devendo estas ser organizadas tendo por base modelos educativos adequados às crianças e jovens acolhidos. De acordo com as palavras da autora anteriormente referida, as instituições de acolhimento, nomeadamente os LIJ's,

complementam a ação direta do Estado, assumindo responsabilidades de especial relevância. Carvalho (2013) salienta ainda que a gestão e prestação de serviços em LIJ's estruturam-se em torno de seis processos chave previstos nas normas da Segurança Social, nomeadamente: acolhimento; avaliação diagnóstica – Plano Socioeducativo Individual (PSEI); organização e gestão das atividades – Projeto Educativo; cuidados especiais; nutrição e alimentação. Neste sentido é essencial compreender a definição e concretização individualizada do projeto de vida de cada criança e jovem, na medida em que constitui uma das funções fulcrais do acolhimento - a função de “garantir por todos os meios ao alcance que cada criança e jovem possa crescer em família ou, na sua impossibilidade, que possa ser enquadrada junto de figuras de referência, num ambiente seguro e capaz de garantir o seu desenvolvimento e autonomização” (ISS, 2015, p. 33). A mesma fonte assume ainda que existe a necessidade de estabelecer um projeto de vida baseado na autonomização, nomeadamente aos jovens que

não tendo possibilidade de regresso ao seu meio familiar, necessitam de se manter em situação de acolhimento por um período de tempo mais prolongado, durante o qual deverão ser estimuladas e apoiadas as suas competências pessoais e sociais visando a preparação para a sua plena autonomia futura. (ISS, I.P., 2015, p. 35)

Em conformidade com o descrito, aquando da concretização do seu estudo, Pires (2011) afirma que os técnicos que integraram a sua amostra enumeraram aspetos de índole pessoal, sócioafetiva, instrumental e comportamental, como sendo pontos fundamentais para trabalhar o desenvolvimento da autonomia destes adolescentes/jovens, pelo que é essencial também o desenvolvimento da autoestima, da assertividade e da autoconfiança com esta população.

## **2. AUTONOMIA E COLÓNIAS DE FÉRIAS**

### *2.1. Concetualização de autonomia*

O apoio ao desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens institucionalizados revela-se fundamental para a sua futura independência na vida adulta, como vimos anteriormente.

Existe muita divergência no que diz respeito a este conceito de autonomia, sendo o mesmo alvo de diversas operacionalizações (Graça, Calheiros, & Martins, 2010). Os mesmos autores afirmam que os estudos realizados na área da autonomia eram de caráter cumulativo e que, inúmeras vezes, se verificava pouca robustez na base dos mesmos. Os autores salientam ainda que apenas recentemente se assiste a um esforço integrativo, surgindo as abordagens ecléticas quanto à sua compreensão, nomeadamente desde o ano de 2003.

Martins (2002) afirma que o tema de autonomia aparece na literatura académica vinculado à ideia de participação social e, em outros, associado à participação política. No presente estudo, existe uma maior incidência sobre o conceito de autonomia vinculado à participação social.

Atendendo ainda aos aspetos explorados neste trabalho, é essencial compreender o conceito de adolescência a fim de se enaltecer a importância do conceito de autonomia que se destaca nesta etapa de desenvolvimento. Neste sentido, Stilweel (2002) refere que a adolescência é um período de vida que se caracteriza pela transição entre a infância e a idade adulta. De acordo com Muuss (1976, cit. por Stilweel, 2002), a palavra adolescência vem do latim “adolescere” e significa “fazer-se homem/mulher”, acrescentando que só após o final do século XIX é que se viu como uma etapa distinta do desenvolvimento. Assim, Stilwell (2002) afirma que a adolescência foi, finalmente, reconhecida como um período de desenvolvimento humano, isto é, identificada como uma etapa distinta do ciclo vital.

No que concerne à população dos adolescentes, a conquista da autonomia descreve-se como uma tarefa desenvolvimental de grande importância (Barbosa & Wagner, 2013). A autora acrescenta ainda que, atualmente, as discussões na literatura circulam em torno de três grandes aspetos, sendo eles, a autonomia emocional (Steinberg & Silverberg, 1986), cognitiva (Beckert, 2007) e comportamental (Bakken & Brown, 2010). Barbosa e Wagner (2013) completa, afirmando que, numa forma geral, muitos investigadores apontam para o conceito de autonomia como a capacidade de independência relativamente aos outros. Desta forma, Fleming (2004, cit. por Pires, 2011) acrescenta que a autonomia, a individualidade e a construção da identidade, se traduzem nos pontos chave para o desenvolvimento humano, querendo isto dizer que à medida que a pessoa desenvolve a sua identidade, vai construindo a sua própria autonomia.

Tendo em conta a abrangência do conceito de autonomia e a discussão já referida em torno das suas dimensões, também Noom (1999, cit. por Graça et al., 2010)

apresenta um modelo de autonomia de adolescentes repartido em três áreas, sendo as mesmas, a cognitiva, a emocional e a funcional. Parafraseando o autor, a dimensão cognitiva remete para aquilo que o adolescente quer fazer da própria vida, isto é, abarca capacidades várias como o ser capaz de tomar decisões, ter autodeterminação, avaliar as próprias opções, desenhar estratégias de determinadas ações que conduzam à concretização de objetivos, entre outras. Ainda na perspectiva do mesmo autor, no que diz respeito à dimensão emocional, a mesma aponta para a ausência de dependência em relação aos progenitores, a capacidade de reconhecer a sua personalidade, o ser capaz de sentir confiança nos seus objetivos pessoais, demonstrar consideração pelos objetivos dos outros, bem como a confiança nas suas crenças e valores pessoais. Por fim, a dimensão funcional diz respeito à capacidade de consentir e lidar com as pressões externas e ainda a capacidade de regular o seu comportamento (Noom, 1999, cit. por Graça et al., 2010).

Reichert e Wagner (2007) afirmam que é com o grupo de pares que o jovem desenvolve sentimentos de reciprocidade, estabelece relações, desenvolve a solidariedade e a cooperação, adquire o sentimento de identidade social, independência e autonomia a diversos níveis. Assim, em complementaridade com o descrito anteriormente, também as autoras verificam a existência de três dimensões distintas na autonomia, sendo elas, a autonomia atitudinal ou cognitiva, funcional ou condutal e emocional. A autonomia atitudinal ou cognitiva diz respeito à habilidade dos adolescentes na definição das suas próprias metas, bem como a capacidade de pensar sobre os seus atos (Reichert & Wagner, 2007). Relativamente à autonomia funcional ou condutal, as autoras apontam para o processo regulador de desenvolvimento de estratégias para alcançar as próprias metas, isto é, a capacidade de encontrar formas para atingir as suas metas. Por fim, a autonomia emocional refere-se aos delicados processos de independência emocional em relação aos pais/mães e aos pares, estando a mesma definida quando o jovem sente confiança em definir as suas metas, independente dos desejos dos pais ou dos pares.

De acordo com a pesquisa concretizada, foram alguns os estudos encontrados que fazem referência à influência de determinadas variáveis na autonomia dos adolescentes/jovens. No caso da variável género, Zimmer-Gembeck e Collins (2003) defendem que, atualmente, as diferenças de género parecem ser menos visíveis do que eram no passado. Os mesmos autores afirmam que mulheres e homens manifestam comportamentos de autonomia em momentos distintos durante a adolescência. Existe ainda o estudo de Marsh, McFarland, Allen, MacElhaney e Land (2003) que faz

referência à influência que o género tem no desenvolvimento da autonomia. Graça et al. (2010) são autores que apontam para a não confirmação de diferenças por sexo na generalidade das dimensões.

Quanto à questão da relevância da idade, associada à variável género, no desenvolvimento da autonomia, Daddis (2011) afirma que os adolescentes mais jovens e do sexo feminino percebem e ambicionam mais rápido as questões da autonomia do que os adolescentes mais velhos e rapazes. Barbosa e Wagner (2015) apresentam-nos também um estudo relativo à influência da idade nas questões da autonomia, reforçando a ideia de que são os jovens mais velhos com níveis de autonomia maiores.

No que diz respeito à influência da ocupação profissional dos adolescentes/jovens na construção da sua autonomia, não foram encontrados estudos diretamente relacionadas com esta variável. Porém, sabemos que a integração no mercado de trabalho poderá contribuir para o desenvolvimento da maturidade dos jovens e consequentemente a sua autonomia. Ainda assim, no que se refere a variáveis socioprofissionais, Allen e seus colaboradores (2002) fazem referência à importância das questões socioeconómicas das famílias em que os jovens estão inseridos no que se refere ao desenvolvimento da sua autonomia.

Relativamente à questão da região de residência dos adolescentes/jovens, o estudo de McElhaney e Allen (2001) apresenta resultados relativos à questão da autonomia influenciada pelo meio ambiente onde reside o jovem, afirmando que os níveis de autonomia na adolescência são sistematicamente alterados, nomeadamente em função do contexto social onde estão inseridos os adolescentes/jovens.

O contexto social revela-se, de facto, importante nestas questões, pelo que a compreensão do papel das instituições de acolhimento em substituição das famílias na promoção da autonomia, parece-nos fundamental. Segundo Lourenço (2014), em Portugal, são do conhecimento público alguns programas de desenvolvimento de autonomia, quase todos baseados no programa *Umbrella* (Del Valle & Quintana, 2006) que visam a promoção de competências pessoais e sociais aplicados a diversos contextos institucionais. Para além da implementação destes programas, o envolvimento dos adolescentes/jovens em atividades de lazer, como as colónias de férias, poderá ser também um contributo importante no desenvolvimento da sua autonomia.

## 2.2. *Contributo das Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes/jovens*

Para Bonfim, Vacas e Martins (1996), as Colónias de Férias traduzem-se numa resposta social destinada à satisfação de necessidades diversas, como o lazer e quebra de rotina, essenciais ao equilíbrio físico, psicológico e social de todos os seus utilizadores. Como objetivos principais das Colónias de Férias, as autoras apontam para os seguintes: estadias fora do local habitual de vida; contactos com comunidades e espaços distintos; vivências em grupo como forma de integração social; promoção e desenvolvimento do espírito de entreajuda; bem como a fomentação do espírito criativo e de iniciativa.

No que diz respeito ao pessoal em serviço nas Colónias de Férias (diretor, monitor/animador, enfermeiro, coordenador geral, cozinheiro, auxiliar de alimentação, operador de lavandaria, motorista, entre outros), os mesmos devem apresentar como características fundamentais uma boa saúde mental e física, equilíbrio e estabilidade emocional e afetiva, grande sentido de responsabilidade, espírito e capacidade de entreajuda e ainda capacidade crítica e auto-crítica, proporcionando aos seus utilizadores uma estadia em plena harmonia (Bonfim, Vacas, & Martins, 1996). Brandão (2014) assume que competem aos monitores/animadores as funções de: participar em todas as atividades desenvolvendo um trabalho em equipa; zelar pela segurança dos seus clientes responsabilizando-se pelo bem-estar dos mesmos; estimular as capacidades dos utilizadores; cumprir o regulamento interno da instituição visando um bom funcionamento da Colónia de Férias; entre outras funções que possibilitam a transmissão de determinados valores pessoais e socioculturais aos seus grupos de atuação, independentemente das suas características sociodemográficas.

Neste sentido, a autonomia, a responsabilidade, o trabalho em equipa, a criatividade, a imaginação e o respeito mútuo remetem para os principais conceitos e valores que sustentam a ação e planificação das estratégias que corporizam as Colónias de Férias (Ferreira, 2014).

De acordo com o YMCA Camping (s.d.), os campos de férias, semelhantes às Colónias de Férias portuguesas, incidem sobre o desafio, a experiência, a independência, entre outros aspetos que, muitas vezes, se traduzem no primeiro momento em que a criança ou adolescente está longe do seio familiar, o qual lhe proporciona uma oportunidade excelente para um crescimento pessoal, aprendendo a pensar por si mesmo. A mesma fonte acrescenta que a participação nos campos de

férias permite aos seus utilizadores aprender capacidades essenciais ao seu desenvolvimento, tais como a capacidade de liderança, de tomada de decisão, de resolução de problemas, promovendo desta forma a autonomia da criança/adolescente.

Pires (2011) frisa que a promoção da autonomia em jovens institucionalizados deve passar por um processo gradual, devendo basear-se na individualidade de cada um, na sua autonomia, dando-lhe a oportunidade de tomar as suas próprias decisões, bem como a capacidade de desenvolver competências pessoais e sociais. A autora salienta ainda que a participação das crianças e jovens em atividade exteriores à instituição de acolhimento é fundamental ao desenvolvimento da sua autonomia. Neste sentido, as Colónias/Campos de Férias constituem-se como estruturas benéficas ao desenvolvimento da autonomia dos adolescentes/jovens em geral incluindo também os que estão institucionalizados.

Pérez (1993, cit. por Lopes, 2005) afirma que os objetivos inerente à realização de campos de férias se resumem aos seguintes: adequar a realidade sociocultural da criança e jovem, respeitando as necessidades e ritmo de vida de cada um; proteger a criança e jovem de perigos e ameaças da realidade atual do tempo livre, levando-os a refletir sobre a necessidade e possibilidade de transformar essa realidade para eles próprios e para a sociedade; facilitar o contacto com diversos recursos, equipamentos, metodologias e regras que contribuem para o aproveitamento do tempo livre; estimular o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa individual, favorecendo a reflexão; entre muitos outros. Lopes (2005) afirma que os campos de férias supõem um exercício de socialização muito significativo, convertendo-se numa metodologia educativa interessante.

Merryman e Mezei (2012) afirmam que existem poucos estudos sobre a influência das Colónias de Férias em adolescentes/jovens. Seal e Seal (2011, cit. por Merryman & Mezei, 2012) procuraram perceber a influência dos campos de férias nos jovens em risco e conseguiram concluir, através de um estudo realizado pelos próprios, que a consciência alimentar dos jovens sofreu um aumento significativo após a participação num campo de férias. Também Readdick e Shaller (2005), após um estudo num acampamento de verão, comprovaram que os jovens/adolescentes economicamente desfavorecidos, após a estadia no acampamento de férias, revelaram um aumento significativo no seu auto-conceito, traduzindo-se num aumento da sua auto-estima. Em concordância com os autores anteriormente mencionados, também Merryman e Mezei (2012) concluíram, através dos seus estudos, que a participação em

acampamentos de férias tem influência positiva nos adolescentes/jovens no que diz respeito ao desenvolvimento do auto-conceito e auto-estima dos mesmos.

Segundo Ditter (2008), as Colónias de Férias não se restringem apenas a um momento de diversão na vida das crianças e adolescentes, passando também por uma oportunidade de crescimento pessoal tanto a nível social como emocional. A atuação das Colónias de Férias reflete-se em quatro conceitos fundamentais no desenvolvimento de um indivíduo, sendo estes a compaixão, a contribuição, o comprometimento e o carácter, qualidades estas que proporcionam a construção de uma sociedade civil bem-sucedida (American Camp Association, 2015).

Os benefícios da participação em Colónias de Férias em crianças e adolescentes não são somente reconhecidos no estrangeiro, sendo também em Portugal, porém existam muitos poucos estudos que relatem o descrito. Reconhece-se que esta experiência se traduz num fator essencial no desenvolvimento global do indivíduo, sendo possível comprovar-se com a afirmação de Pimenta (2012, p. 1) que revela que “as colónias de férias são uma lição para a vida”.

Em suma, a animação desenvolvida nas Colónias de Férias, pelo carácter pedagógico que assume e pelas suas características adjacentes, proporciona à criança/jovem a possibilidade de se desenvolver a diversos níveis, nomeadamente, a nível social, cultural, cívico e fisicamente, através de todo o conjunto de atividades delineadas para esse mesmo efeito, tendo sempre por base as necessidades de cada participante (Lopes, 2005).

## **CAPÍTULO II – PROJETO DE INVESTIGAÇÃO**

### **1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO**

O presente projeto de investigação adota uma perspetiva quantitativa que, do ponto de vista concetual, se assume como uma pesquisa centrada na análise de factos e fenómenos observáveis, bem como na medição/avaliação em variáveis diversas, passíveis de ser medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo de investigação (Coutinho, 2014). De acordo a autora anteriormente referida, o interesse do investigador passa, única e exclusivamente, por assumir uma atitude científica, distanciada, a fim de comprovar estatisticamente as hipóteses, contribuindo para a relação causal do processo-produto.

Assim, o presente estudo tem como principal objetivo perceber a importância, da participação em Colónias de Férias na autonomia dos adolescentes e jovens, percecionada pelos próprios e pelos monitores/animadores, atendendo a variáveis sociodemográficas e institucionais.

#### *1.1. Formulação do problema*

Definiu-se como problema de estudo:

Em que medida se registam diferenças na autonomia dos adolescentes e jovens que participaram em Colónias de Férias, percecionada pelos próprios e pelos monitores/animadores, em função de variáveis sociodemográficas e institucionais?

#### *1.2. Formulação de hipóteses*

Quando a investigação adota uma metodologia quantitativa, a formulação das hipóteses é fulcral na medida em que focaliza a atenção do investigador para o fenómeno em análise, de forma organizada apontando para os dados que será necessário obter (Coutinho, 2014).

Assim, de acordo com o problema e revisão da literatura acima descritos, formularam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Existem diferenças significativas na autonomia, bem como no contributo da frequência de colónias de férias na autonomia, percecionadas pelos adolescentes/jovens e monitores/animadores, em função do género.

Hipótese 2: Existem diferenças significativas na autonomia, bem como no contributo da frequência de colónias de férias na autonomia, percecionadas pelos adolescentes/jovens e monitores/animadores em função da idade.

Hipótese 3: Existem diferenças significativas na autonomia, bem como no contributo da frequência de colónias de férias na autonomia, percecionadas pelos adolescentes/jovens e monitores/animadores em função da institucionalização dos adolescentes/jovens.

Hipótese 4: Existem diferenças significativas na autonomia, bem como no contributo da frequência de colónias de férias na autonomia, percecionadas pelos adolescentes/jovens e monitores/animadores em função da ocupação.

Hipótese 5: Existem diferenças significativas na autonomia, bem como no contributo da frequência de colónias de férias na autonomia, percecionadas pelos adolescentes/jovens e monitores/animadores em função da região de residência.

## **2. METODOLOGIA**

### *2.1. Definição e operacionalização das variáveis*

De acordo com Coutinho (2014), a variável assume-se como uma propriedade que expressa um conceito ou constructo, podendo assumir diferentes valores. Neste sentido, compreende-se que, aquando da iniciação de uma investigação, seja fundamental definir os conceitos a abordar através da operacionalização das variáveis.

#### *2.1.1. Variáveis independentes*

Selecionaram-se como variáveis independentes, o género, a idade, a região, a ocupação e a institucionalização, que foram operacionalizadas do seguinte modo:

Género: masculino e feminino.

Idade: adolescentes: 13 – 17 vs. 18 – 24 e monitores: 22 – 27 vs. 28 – 38. O critério para a divisão dos grupos etários foi a mediana, a fim de equilibrar o número de sujeitos por grupo.

Região de residência: litoral e interior.

Ocupação: estudante, empregado e desempregado.

Institucionalização dos adolescentes/jovens: institucionalizados e não institucionalizados.

### 2.1.2. *Variáveis dependentes*

Atendendo ao problema de investigação que se pretende estudar, considerou-se como variável dependente a autonomia nos adolescentes e jovens, percecionada pelos próprios. A autonomia dos adolescentes e jovens, percecionada pelos próprios, foi operacionalizada através do score global e das subescalas (auto-determinação, independência, autonomia cognitiva e autonomia emocional) do Questionário de Autonomia dos Adolescentes (QAA).

A perceção dos jovens sobre o contributo das Colónias de Férias para a autonomia foi operacionalizada através dos scores de uma adaptação ao QAA.

A perceção dos monitores/animadores sobre o contributo da frequência em colónias de férias para a autonomia dos adolescentes/jovens operacionalizou-se através do score global e dimensões (cognitiva, emocional e funcional) de um questionário concebido para o efeito, com base no artigo de Graça et al. (2010).

### 2.2. *Sujeitos: população e amostra*

A amostra, de conveniência, foi obtida em diversos distritos de Portugal, nomeadamente Vila Real, Braga, Guarda, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Portalegre e Funchal. É de salientar ainda que existem dois participantes (monitores/animadores) residentes no estrangeiro – Dublin e Londres. Assim, a amostra ficou constituída por 42 adolescentes e jovens que participaram em colónias de férias, com idades compreendidas os 13 e os 24 anos, 69% dos quais com experiência presente ou passada de institucionalização. O estudo contou ainda com a participação de 66 monitores/animadores de colónias de férias com idades compreendidas entre os 22 e os 38 anos.

Apresentam-se em seguida as características gerais da amostra no que se refere aos adolescentes/jovens e monitores/animadores (Tabelas 1 e 2, respetivamente).

Tabela 1  
*Caracterização sociodemográfica dos adolescentes/jovens*

Características sociodemográficas	Adolescentes e jovens institucionalizados		Adolescentes e jovens não institucionalizados		Totais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Género</b>						
Masculino	7	24.2	3	23.1	10	23.8
Feminino	22	75.8	10	76.9	32	76.2
Total	29	100	13	100	42	
<b>Região</b>						
Interior	10	34.5	3	23.1	13	31
Litoral	19	65.5	10	76.9	29	69
Total	29	100	13	100	42	
<b>Ocupação</b>						
Estudante	24	82.2	11	84.6	35	83.3
Empregado	2	6.9	-	-	2	4.8
Desempregado	3	10.3	2	15.4	5	11.9
Total	29	100	13	100	42	100
<b>Idade</b>						
	Mín=13	Máx=22	Mín=15	Máx=24	Mín=13	Máx=24
	M=17.2	DP=2.44	M=17.69	DP=2.10	M=17.38	DP=2.33

Tabela 2  
*Caracterização sociodemográfica dos monitores/animadores*

Características sociodemográficas	N	%
<b>Género</b>		
Masculino	24	36.4
Feminino	42	63.6
Total	66	100
<b>Região</b>		
Interior	12	18.2
Litoral	51	77.3
Ilhas	1	1.5
Estrangeiro	2	3.0
Total	66	100
<b>Ocupação</b>		
Estudante	6	9.1
Empregado	56	84.8
Desempregado	4	6.1
Total	66	100
<b>Idade</b>		
	Mín=22	Máx=38
	M=28.39	DP=4.31

### 2.3. Instrumentos

O Questionário de Autonomia nos Adolescentes (QAA), adaptado por Noom (1999) a partir de um questionário de autonomia para adultos (Bekker, 1991, cit. por Noom, 1999), traduzido e adaptado para contexto nacional por Graça et al. (2010), é

composto por 15 itens, com uma escala de resposta de cinco pontos (1 corresponde a “Nada característico de mim” e 5 a “Muito característico de mim”), que refletem o grau em que os jovens são autônomos em relação a três dimensões: autonomia cognitiva, emocional e funcional. No que diz respeito à fidelidade e validade do instrumento, de acordo com Graça et al. (2010), os indicadores de fidelidade e validade são favoráveis à utilização do instrumento com a população adolescente em contexto escolar, porém, os autores salientam que é de ressaltar o facto de que o estudo contemplou uma amostra de reduzida dimensão, respeitante apenas a uma área geográfica do país. A fim de perceber a importância da participação em Colónias de Férias, solicitou-se aos sujeitos que classificassem o contributo desta participação em cada um dos aspetos/itens de autonomia avaliados pelo QAA utilizando a mesma escala de cinco pontos. Salienta-se ainda que o QAA avalia quatro parâmetros da autonomia dos adolescentes tais como: a autodeterminação, independência, autonomia cognitiva e autonomia emocional. Segundo os autores, a auto-determinação diz respeito à capacidade do jovem prosseguir uma conduta confiante e autodeterminada, sendo composta pelos itens 2, 3, 12, 14 e 15. Em relação à subescala independência, a mesma associa-se à capacidade do jovem em iniciar novos projetos ou atividades sozinho, sem depender da aprovação de outrem (compõe os itens 7, 8 e 10). A autonomia cognitiva remete para a capacidade do jovem em tomar decisões e estabelecer objetivos, sendo composto pelos itens 1, 4 e 9. Por fim, a autonomia emocional reporta-se ao sentimento de segurança do jovem nas suas crenças e valores pessoais, sem preocupações de validação social (composto pelos itens 5, 11 e 13).

Foi também utilizado um questionário de caracterização geral, com questões de natureza sociodemográfica e institucional, construído especificamente para este estudo.

O instrumento final preenchido pelos adolescentes/jovens apresenta-se no Anexo A.

No que diz respeito ao questionário preenchido pelos monitores/animadores (Anexo B), o mesmo foi construído a partir do artigo de validação de Graça e tal. (2010), que incluía a fundamentação teórica do modelo de autonomia em três dimensões (cognitiva, emocional e funcional) adotado neste trabalho. Segundo os autores, a dimensão cognitiva diz respeito à capacidade do jovem tomar decisões e estabelecer objetivos pessoais (neste sentido, foram construídos os itens 1 a 8). Quanto à dimensão emocional, a mesma refere-se ao sentimento de autoconfiança e ausência de necessidade excessiva de validação social (criamos neste âmbito os itens 9 a 15). Por fim, a dimensão funcional assume-se como um conduta confiante e autoregulada

(composta pelos itens 16 a 23). Pretendeu-se assim aceder à perceção dos monitores/animadores sobre a autonomia dos adolescentes e jovens que participaram em Colónias de Férias. À semelhança do questionário aplicado aos adolescentes, este questionário também incluiu uma primeira parte relativa à caracterização geral dos participantes.

Previamente à utilização dos instrumentos, foi realizado um pré-teste a fim de testar não só a parte que foi acrescentada ao QAA mas todo o questionário dos monitores/animadores sobre o contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes. O pré-teste foi preenchido por 3 adolescentes e 4 monitores. Através de uma reflexão falada concluiu-se que não era necessário realizar qualquer alteração aos instrumentos.

#### *2.4. Procedimento*

Na elaboração de qualquer trabalho de investigação, os aspetos éticos que dizem respeito ao investigador e ao investigado não podem ser descurados. Foram efetuados contactos vários (via e-mail), nomeadamente com os autores do instrumento selecionado, solicitando a autorização para a sua utilização neste estudo, cuja resposta foi positiva (Anexo C).

Relativamente ao contacto estabelecido com os adolescentes e jovens e monitores/animadores, o mesmo foi efetuado através de um grupo virtual criado com recurso aos contactos pessoais do investigador, que se manteve restrito aos participantes/monitores em Colónias de Férias. Foi explicado o tipo de trabalho a desenvolver, bem como a sua finalidade, tendo sido solicitado o preenchimento dos questionários disponibilizados. O consentimento informado foi disponibilizado também em formato eletrónico, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade. A recolha de dados efetuou-se entre os meses de novembro e dezembro de 2015.

Sumariamente, foi concretizado um planeamento rigoroso e objetivo da investigação que se pretendia levar a cabo, com o intuito de otimizar os resultados obtidos, garantindo o carácter científico do mesmo. O cronograma que sintetiza este processo de investigação é apresentado em anexo (Anexo D).

## 2.5. Técnicas estatísticas e grau de confiança

Para realização da análise e tratamento dos dados, recorreu-se ao programa informático *Statistical Package for Social Sciences* - SPSS para o Windows, versão IBM 23, assumindo-se um nível de confiança de 95%, valor de referência na investigação em ciências sociais e humanas.

Por forma a compreender se as hipóteses formuladas se confirmavam utilizaram-se testes não paramétricos, na medida em que as condições de aplicabilidade de testes paramétricos não se verificaram: *Mann Whitney* (em variáveis com dois níveis) e *Kruskal Wallis* (em variáveis com três níveis).

### 3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

No que diz respeito à apresentação e discussão dos resultados, esta secção divide-se em três partes distintas: a autonomia percebida pelos adolescentes e jovens numa perspetiva descritiva e respetivas análises inferenciais em função de variáveis sociodemográficas e institucionais dos adolescentes; o contributo da participação numa Colónia de Férias na autonomia dos adolescentes e jovens percebido pelos próprios, quer numa perspetiva descritiva, quer inferencial atendendo a dimensões sociodemográficas e institucionais dos adolescentes/jovens; bem como a análise do contributo da participação numa Colónia de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens na perspetiva dos monitores/animadores e respetivas análises inferenciais, tendo em conta variáveis sociodemográficas dos monitores/animadores.

#### 3.1. *Autonomia percebida pelos adolescentes/jovens*

Os itens do QAA foram alvo de uma análise descritiva. Assim, por forma a sintetizar os resultados, construiu-se a tabela 3, na qual é possível verificar os valores de média, desvio padrão e variação mínima e máxima. No que diz respeito aos itens do QAA, o valor mais baixo verificou-se no item 1 – “Noto que tenho dificuldade em decidir o que quero” ( $M=2.00$ ,  $DP=.99$ ), apresentando um resultado inferior ao ponto médio numa escala de 1 a 5. Por outro lado, o valor mais elevado registou-se no item 8 – “Quando discordo de alguém, digo-lhe” ( $M=4.66$ ,  $DP=.58$ ), muito próximo do valor máximo da escala de resposta. Relativamente às subescalas da autonomia, a média mais elevada registou-se na independência com um valor de 3.74 ( $DP=.59$ ) e a mais baixa, com um valor de 2.19 ( $DP=1.10$ ), verificou-se na autonomia emocional.

Nas análises inferenciais realizadas, no que diz respeito à variável género (tabela 4), não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na percepção da autonomia dos adolescentes/jovens nas subescalas da autodeterminação, nem na autonomia emocional. Salienta-se, porém, que rapazes e raparigas se distinguiram na subescala da independência ( $U=86.5$ ,  $p=.03$ ) e na de autonomia cognitiva ( $U=86.5$ ,  $p=.04$ ). Verificou-se, neste caso, que os rapazes apresentaram melhores resultados em ambas as subescalas ( $M=12.00$ ,  $DP=1.24$ ). Ao contrário deste resultado, o estudo de Graça et al. (2010) conclui que os jovens do sexo masculino demonstraram níveis significativamente mais elevados apenas na subescala da autodeterminação quando comparados com as raparigas. Marsh et al. (2003), por outro lado, no concerne à

autonomia, não encontraram diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas.

Tabela 3  
*Autonomia percebida pelos adolescentes e jovens*

Itens do QAA	M	DP	Mín.	Máx.
Noto que tenho dificuldade em decidir o que quero	2.00	.99	1	5
Quando atuo contra a vontade de alguém, costumo ficar nervoso	2.52	1.25	1	5
Vou direto(a) aos meus objetivos	4.32	.88	2	5
Consigo fazer uma escolha facilmente	4.27	.87	2	5
Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros	2.26	1.15	1	5
Muitas vezes não sei o que pensar	2.44	1.16	1	5
Sinto dificuldade em iniciar uma atividade sozinho(a)	2.41	1.16	1	5
Quando discordo de alguém, digo-lhe	4.66	.58	3	5
Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente que responder	4.00	1.22	1	5
Consigo iniciar facilmente novos projetos ou atividades sozinho(a)	4.15	1.04	1	5
Concordo muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza	2.17	1.16	1	5
Sou uma pessoa corajosa	4.55	.75	2	5
Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas	2.22	1.19	1	5
Sinto-me rapidamente à vontade numa nova situação	4.23	1.02	2	5
Muitas vezes hesito em relação ao que fazer	2.31	1.02	1	5
Subescalas e Total do QAA				
Autodeterminação	3.58	.51	2	5
Independência	3.74	.59	2	5
Autonomia cognitiva	3.43	.57	2	5
Autonomia emocional	2.19	1.10	1	5
Autonomia total	48.50	8.60	30	75

Tabela 4

*Autonomia percebida pelos adolescentes/jovens, em função do gênero.*

Subescalas	N	U	p	
Autodeterminação	42	96.5	0.09	
Independência	42	86.5	0.03	
Autonomia cognitiva	42	86.5	0.04	
Autonomia emocional	42	119.5	0.27	
Autonomia total	N	t	gl	p
	42	-.55	38	0.59

No que diz respeito à variável idade (tabela 5), operacionalizada em dois grupos (dos 13 aos 17 e dos 18 aos 24), não se registaram diferenças significativas nas subescalas de autonomia dos adolescentes/jovens, à exceção da auto-determinação ( $U=119.0$ ,  $p.=0.03$ ). Neste caso apresentaram melhores resultados os participantes mais jovens, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos ( $M=18.32$ ,  $DP=2.61$ ), quando comparados com os mais velhos. De acordo com Graça et al. (2010), contrariamente ao que se verifica neste caso, os jovens mais velhos, dos 15 aos 18 anos, revelam níveis mais elevados de autonomia, no que diz respeito às subescalas da auto-determinação, independência e autonomia emocional quando comparados com o grupo de jovens mais novos (dos 12 aos 14 anos). No entanto, Daddis (2011) afirma que os adolescentes mais jovens e do sexo feminino percebem e ambicionam mais rápido as questões da autonomia do que os adolescentes mais velhos do sexo masculino. Barbosa e Wagner (2015) reforçam, contudo, a ideia de que são os jovens mais velhos com níveis de autonomia mais elevados.

Tabela 5

*Autonomia percebida pelos adolescentes/jovens, em função da faixa etária (dos 13 aos 17 e dos 18 aos 24).*

Subescalas	N	U	p	
Autodeterminação	42	119.0	0.03	
Independência	42	178.0	0.40	
Autonomia cognitiva	42	150.0	0.18	
Autonomia emocional	42	166.0	0.25	
Autonomia total	N	t	gl	p
	42	1.228	38	0.23

Em relação à variável independente institucionalização, de acordo com o que é possível observar na tabela que se segue (tabela 6), verificaram-se diferenças

estatisticamente signitivas na subescala da autodeterminação ( $U=119.0$ ,  $p=0.03$ ) e na autonomia total ( $U=109.5$ ,  $p=0.02$ ), acrescentando-se que tanto na autodeterminação ( $M=18.37$ ,  $DP=2.57$ ), como na autonomia total ( $M=47.76$ ,  $DP=8.27$ ) são os adolescentes/jovens institucionalizados que apresentam melhores resultados em relação aos que já não residem em instituição. Segundo McElhaney e Allen (2001) a autonomia dos adolescentes é influenciada pelo meio ambiente onde residem (Allen et al., 2002). Os estudos referidos apontam que é nos contextos de maior risco social que os adolescentes apresentam maiores níveis de autonomia.

Tabela 6  
*Autonomia percecionada pelos adolescentes/jovens, em função da institucionalização.*

Subescalas	N	U	p
Autodeterminação	42	119.0	0.03
Independência	42	178.0	0.40
Autonomia cognitiva	42	150.0	0.18
Autonomia emocional	42	166.0	0.25
Autonomia total	42	109.5	0.02

Contrariamente ao que se verificou nas variáveis anteriores, no que diz respeito às análises concretizadas em função da ocupação, não foram registadas quaisquer diferenças estatisticamente significativas. À semelhança dos resultados obtidos em função da variável ocupação, também com a variável região de residência não foram registadas quaisquer diferenças significativas.

### 3.2. *Contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percecionada pelos mesmos*

Procurou-se perceber o contributo da participação em colónias de férias nos itens e subescalas de autonomia, na perspetiva dos adolescentes/jovens (tabela 7). O valor mais baixo de contributo das colónias de férias registou-se no item 15 – “Muitas vezes hesito em relação ao que fazer” ( $M=1.97$ ,  $DP=1.29$ ). Quanto ao valor mais elevado da média, o mesmo verificou-se no item 12 – “Sou uma pessoa corajosa” ( $M=4.54$ ,  $DP=1.00$ ). No que concerne às subescalas da autonomia, o valor mais elevado quanto ao contributo das colónias de férias, registou-se na independência ( $M=3.68$ ,

DP=.62) e o mais baixo, com um valor médio de 2.01 (DP=1.29), verificou-se na autonomia emocional.

Tabela 7

*Contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percebida pelos mesmos*

Itens do QAA	M	DP	Mín.	Máx.
Noto que tenho dificuldade em decidir o que quero	2.08	1.546	1	5
Quando atuo contra a vontade de alguém, costumo ficar nervoso	2.26	1.446	1	5
Vou direto(a) aos meus objetivos	4.52	.933	1	5
Consigo fazer uma escolha facilmente	4.47	.987	1	5
Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros	2.05	1.319	1	5
Muitas vezes não sei o que pensar	2.12	1.522	1	5
Sinto dificuldade em iniciar uma atividade sozinho(a)	2.12	1.324	1	5
Quando discordo de alguém, digo-lhe	4.50	1.038	3	5
Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente que responder	3.98	1.458	1	5
Consigo iniciar facilmente novos projetos ou atividades sozinho(a)	4.37	1.043	1	5
Concordo muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza	2.02	1.313	1	5
Sou uma pessoa corajosa	4.54	1.002	2	5
Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas	2.00	1.468	1	5
Sinto-me rapidamente à vontade numa nova situação	4.44	1.001	2	5
Muitas vezes hesito em relação ao que fazer	1.97	1.291	1	5
<b>Contributo das colónias de férias nas subescalas e total QAA</b>				
Autodeterminação	3.57	.57	2	5
Independência	3.68	.62	2	5
Autonomia cognitiva	3.53	.81	1.67	5
Autonomia emocional	2.01	1.29	1	5
Autonomia total	47.54	10.427	30	75

Por forma a compreender se a participação nas Colónias de Férias teria alguma contribuição para a perceção de autonomia dos adolescentes/jovens, na perspetiva dos próprios, em função de variáveis sociodemográficas e institucionais, à semelhança do que foi testado anteriormente relativamente à perceção de autonomia dos adolescentes/jovens, procedeu-se às respetivas análises de comparação de grupos, porém não foram encontradas quaisquer diferenças significativas em nenhuma das subescalas da autonomia.

É fundamental salientar que existem diversos trabalhos publicados sobre autonomia, porém, nenhum dos estudos encontrados faz referência à importância de variáveis sociodemográficas no que diz respeito à sua influência na percepção sobre o contributo da participação em Colónias de Férias para a construção da autonomia dos adolescentes/jovens.

### 3.3. *Contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percebida pelos monitores/animadores*

A análise descritiva dos itens do questionário preenchido pelos monitores/animadores sobre o contributo das colónias de férias para a autonomia dos adolescentes/jovens, é apresentada na tabela 8.

O valor mais baixo registou-se no item 13 – “Reconhecer os pais/mães como pessoas além do seu papel parental” (M=4.06, DP=.82). Relativamente ao valor mais elevado, o mesmo apresentou-se no item 22 – “Regular o próprio comportamento” (M=4.76, DP=.47). Por fim, quanto às dimensões da autonomia, o resultado mais elevado registou-se na dimensão cognitiva com um valor médio de 5.13 (DP=.544) e o mais baixo, com um valor médio de 3.73 (DP=.452), na dimensão emocional.

Nas análises de natureza inferencial, relativas às variáveis sociodemográficas dos monitores/animadores, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em nenhuma variável em análise. Tal como afirma Brandão (2014), estas não são as variáveis de relevo no papel dos monitores/animadores de colónias de férias, com influência nas questões de autonomia dos participantes.

Em suma, no que concerne aos resultados obtidos, algumas das hipóteses anteriormente estipuladas confirmam-se, porém, não na sua totalidade. Quanto à hipótese 1, no que diz respeito à autonomia percebida pelos adolescentes/jovens, em função do género, esta confirma-se, tal como verificaram Graça et al. (2010) no seu estudo. No entanto, quanto ao contributo da Colónia de Férias para a autonomia percebida pelos jovens, não se verificaram quaisquer diferenças significativas, em função do género.

Tabela 8  
*Contributo da participação em Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percebida pelos monitores/animadores*

Itens do questionário	M	DP	Mín.	Máx.
Tomar decisões de forma autónoma	4.39	.742	2	5
Estabelecer objetivos a partir da vontade própria	4.50	.662	2	5
Desenhar estratégias de ação que o conduzam à obtenção desses objetivos	4.59	.554	3	5
Avaliar as opções/possibilidades disponíveis	4.61	.579	3	5
Aprender com as situações passadas	4.71	.548	3	5
Calcular as consequências de determinado comportamento	4.73	.570	2	5
Avaliar corretamente os resultados da ação que se seguiu	4.67	.591	2	5
Ter a perceção do que quer fazer da vida	4.32	.862	2	5
Analisar os valores próprios para depois tomar decisões e estabelecer objetivos	4.56	.585	3	5
Apresentar independência em relação às figuras parentais	4.32	.914	1	5
Ter uma personalidade que se reconhece como distinta da dos progenitores	4.23	.873	2	5
Desenvolver crenças maduras, realistas e equilibradas sobre a família	4.18	.783	3	5
Reconhecer os pais/mães como pessoas além do seu papel parental	4.06	.820	2	5
Sentir confiança nos objetivos, crenças e valores pessoais	4.68	.531	3	5
Demonstrar consideração pelos objetivos dos outros	4.65	.511	3	5
Conduzir a vida sem excessivas preocupações de aprovação social	4.33	.883	1	5
Resistir a pressões/influências externas (vindas de outrem)	4.42	.745	2	5
Agir em função da vontade própria	4.33	.771	2	5
Desenvolver ações motivadas pelo próprio	4.56	.636	2	5
Controlar os processos psicológicos	4.35	.734	2	5
Seguir estratégias de ação para atingir objetivos pessoais	4.48	.638	2	5
Regular o próprio comportamento	4.76	.466	3	5
Controlar a própria vida	4.56	.767	1	5
Subescalas e total do questionário dos monitores/animadores				
Dimensão cognitiva	5.13	.544	3.38	5.63
Dimensão emocional	3.73	.452	2.71	4.29
Dimensão funcional	4.47	.497	3.13	5.00
Autonomia total	103.0	9.824	72	115

Relativamente à hipótese 2, também foram verificadas diferenças significativas na autonomia dos adolescentes percebida pelos próprios, em função das faixas etárias, do mesmo modo que Graça et al. (2010), Daddis (2011) e Barbosa e Wagner (2015). Mais uma vez, quanto ao contributo das Colónias de Férias para a autonomia dos jovens, em função das idades, não foram encontradas diferenças significativas. No que diz respeito à hipótese 3, a mesma também se confirma, tal como nos estudos concretizados por Allen et al. (2002), apenas no que diz respeito à autonomia percebida pelos adolescentes/jovens. Por outro lado, e mais uma vez, quanto ao contributo das Colónias de Férias nesta questão, não se registaram diferenças significativas. Por fim, as hipóteses 4 e 5 não se confirmaram, na medida em que não foram registadas quaisquer diferenças estatisticamente significativas em função das variáveis em análise.

## CONCLUSÃO

O presente estudo procurou centrar-se na análise da percepção da autonomia dos adolescentes/jovens, na perspectiva dos mesmos e dos monitores/animadores, bem como na compreensão da sua percepção quanto ao contributo da participação em Colónias de Férias neste âmbito. Neste sentido incidiu-se sobre a exploração de algumas variáveis sociodemográficas e institucionais a fim de verificar a sua relevância.

Uma das limitações sentidas na elaboração deste trabalho, prende-se com a escassez de estudos neste domínio que não possibilitou a discussão com o aprofundamento desejável e dificultou a compreensão dos resultados obtidos no presente estudo. Também o tamanho da amostra poderia ter sido superior. As limitações inerentes à utilização de um instrumento construído para o estudo, nomeadamente para os monitores, devem ser também apontadas, no sentido em que o mesmo não foi validado.

Ainda assim, no que concerne à autonomia dos adolescentes/jovens percecionada pelos mesmos, foi possível concluir-se que os rapazes adolescentes, no que diz respeito às subescalas da independência e autonomia cognitiva, apresentaram melhores resultados que as raparigas. Quanto aos grupos etários criados para o estudo, os jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 apresentaram melhores resultados na subescala da auto-determinação. No que concerne à variável independente institucionalização, os adolescentes/jovens que já não se encontram a residir em instituição apresentaram resultados superiores na subescala da independência. Por fim, foram ainda verificadas diferenças estatisticamente significativas na subescala da auto-determinação e na autonomia total, apresentando melhores resultados os jovens que se encontravam institucionalizados. Relativamente à contribuição das Colónias de Férias para a autonomia dos adolescentes e jovens percecionada pelos próprios e pelos monitores/animadores não foram verificados quaisquer resultados estatisticamente significativos, em função de variáveis sociodemográficas e institucionais (estas últimas apenas relativas ao grupo de adolescentes/jovens). Salienta-se, no entanto, que na revisão da literatura foi possível constatar que a participação em Colónias de Férias pode contribuir para o crescimento pessoal e conseqüentemente para a construção da autonomia dos adolescentes/jovens (American Camp Association, 2015), pelo que nos parece fundamental continuar a explorar estas variáveis em próximos estudos.

As dimensões pessoais e contextuais analisadas neste trabalho, traduzem-se num elemento importante na compreensão do processo complexo de construção da autonomia dos adolescentes/jovens, nomeadamente nos institucionalizados que se encontram fora das suas famílias que, habitualmente, assumem um papel de grande relevo na preparação dos jovens para a vida adulta. Nas situações em que a família não está presente, seja por que motivo for, entra, nestes casos, o papel das instituições de acolhimento que substituem as famílias destes jovens. É fundamental salientar a importância destas instituições neste âmbito, pois são as mesmas que acarretam com a responsabilidade de tornar estes adolescentes em adultos que saibam, autonomamente, viver uma vida plena.

O desenvolvimento da autonomia não é apenas adquirido no lar onde reside o adolescente, existem outros contextos, tais como as colónias de férias que poderão contribuir, de forma saudável, para o desenvolvimento da autonomia ao longo da adolescência e juventude. Assim, a participação dos jovens neste tipo de atividades poderá favorecer também o desenvolvimento de inúmeras capacidades que os preparam para a vida futura.

É crucial salvaguardar o carácter exploratório deste trabalho, sendo fundamental o investimento em investigações futuras neste âmbito atendendo a que os estudos nesta área são muito escassos, nomeadamente em contexto nacional. Em suma, atendendo aos diversos benefícios na construção da autonomia dos seus participantes, apontados em diversos estudos realizados em contexto internacional sobre a importância das colónias de férias, salienta-se a relevância de continuar a estudar estas variáveis em próximos trabalhos em contexto nacional, nomeadamente em adolescentes/jovens institucionalizados, pois nestes contextos de lazer desenvolvem-se diversas capacidades pessoais e sociais que os preparam para a vida futura.

## BIBLIOGRAFIA

- Allen, J., Marsh, P. McFarland, C., McElhaney, K., Land, D., Jodl, K., & Peck, S. (2002). Attachment autonomy as predictors of the development of social skills and delinquency during midadolescence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 70*(1), 56-66. Obtido de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1770857>
- American Camp Association. (2015). *Benefits of camp: The camp experience enriches lives and changes the world*. Obtido de <http://www.acacamps.org/campers-families/because-camp/benefits-camp>
- Bakken, J. & Brown, B. (2010). Adolescent secretive behavior : african american and hmong adolescents' strategies and justifications for managing parents' knowledge about peers. *Journal of research on adolescence, 20*(2), 359-388. Obtido de <http://website.education.wisc.edu/prsg/wp-content/uploads/2014/07/Bakken-Brown-2010-Adol-secretive-behavior.pdf>
- Barbosa, P., & Wagner, A. (2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. *Estudos de Psicologia, 18*(4), 639-648. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n4/a13v18n4.pdf>
- Barbosa, P., & Wagner, A. (2015). Como se define a autonomia? O perfil discriminante em adolescentes gaúchos. *Temas em Psicologia, 23*(4), 1077-1090. Obtido de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000400021](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400021)
- Beckert, T. (2007). Cognitive autonomy and self-evaluation in adolescence: A Conceptual investigation and instrument development. *North American Journal of Psychology, 9*(3), 579-594.
- Bonfim, C., Vacas, M., & Martins, M. (1996). *Colônia de férias (condições de localização, instalação e funcionamento)*. Lisboa: Direção-Geral da Ação Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. Obtido de [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13331/Colonia\\_ferias](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13331/Colonia_ferias)

Brandão, A. (2014). *Relatório de estágio – Licenciatura em animação sociocultural* (Relatório de estágio). Instituto Politécnico da Guarda, Guarda. Obtido de <http://hdl.handle.net/10314/1650>

Carvalho, M. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Obtido de [http://www.gulbenkian.pt/mediaRep/gulbenkian/files/institucional/fundacao/programas/PG%20Desenvolvimento%20Humano/pdf/31\\_03\\_SNACJ\\_Brochura\\_MJ.pdf](http://www.gulbenkian.pt/mediaRep/gulbenkian/files/institucional/fundacao/programas/PG%20Desenvolvimento%20Humano/pdf/31_03_SNACJ_Brochura_MJ.pdf)

Clemente, A. (2013). *A transição para uma vida fora da instituição: Jovens a caminho da autonomia* (Relatório de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69118/2/90868.pdf>

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. (2015). *Conceito de risco/perigo*. Obtido de <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?13.02>

Coutinho, C. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina. Obtido de [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=uFmaAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=introdu%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+investiga%C3%A7%C3%A3o+em+ci%C3%A2ncias+sociais&ots=GffG1yhXL4&sig=dSBpyWbtXIAabuL\\_yefReX8UIY&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=uFmaAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=introdu%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+investiga%C3%A7%C3%A3o+em+ci%C3%A2ncias+sociais&ots=GffG1yhXL4&sig=dSBpyWbtXIAabuL_yefReX8UIY&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

Daddis, C. (2011). Desire for increased autonomy and adolescents' perceptions of peer autonomy : "Everyone else can; why can't i?". *Child Development*, 82(4), 1310-1326.

Del Valle, J., & Quintana, G. (2006). *Programa umbrella. Mirando al futuro con habilidades para vida*. Oviedo: ASACI.

Despacho n.º 8393/2007 de maio, in Diário da República, 2ª série, de 10 de maio.

Direção-Geral da Política de Justiça. (2015). *Promoção e proteção dos direitos das crianças na área da justiça – e-book*. Lisboa: Edição Digital. Obtido de [http://www.dgpj.mj.pt/sections/DestBanner/convencao-de-lanzarote/downloadFile/attachedFile\\_2\\_f0/CADERNO\\_DIGITAL\\_-\\_Direitos\\_das\\_Crianças.pdf?nocache=144854589](http://www.dgpj.mj.pt/sections/DestBanner/convencao-de-lanzarote/downloadFile/attachedFile_2_f0/CADERNO_DIGITAL_-_Direitos_das_Crianças.pdf?nocache=144854589)

Ditter, R. (2008). *Top 10 tips for working with today's campers*. Obtido de <http://www.acacamps.org/resource-library/articles/top-10-tips-working-todays-campers>

Dumazedier, J. (1976). *Lazer e cultura popular – Debates*. São Paulo: Perspectiva.

Ferreira, L. (2014). *Relatório de estágio – Licenciatura em animação sociocultural* (Relatório de estágio). Instituto Politécnico da Guarda, Guarda. Obtido de <http://hdl.handle.net/10314/1657>

Garst, B., & Johnson, J. (2003). Impacts of residential camp counseling on adolescent leadership skill development. Paper presented at *Camp Research Symposium*, Virginia.

Gillard, A. (2013). *Self-determination theory and camp*. Briefing paper prepared for the American Camp Association.

Gillard, A., Watts, C., & Witt, P. (2007). The effect of perceptions of support for autonomy, relatedness, and competence on interest in camp for adolescent girls. Paper presented at *2007 Northeastern Recreation Research Symposium*, Texas.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores.

Graça, J., Calheiros, M., & Martins, A. (2010). Adaptação do questionário de autonomia nos adolescentes (QAA) para a língua portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 8(2), 237-250.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2009). *Plano de intervenção imediata*. Obtido de <http://www.seg-social.pt/plano-de-intervencao-imediata>

- Instituto da Segurança Social, I.P. (2010). *Recomendações técnicas para equipamentos sociais: Lares de infância e juventude*. Obtido de [http://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/rtes\\_lar\\_infancia\\_juventude](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/rtes_lar_infancia_juventude)
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2015). *CASA 2014 – Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Obtido de [http://www.parlamento.pt/documents/xiileg/abril\\_2015/casa2014.pdf](http://www.parlamento.pt/documents/xiileg/abril_2015/casa2014.pdf)
- Lei nº 142/2015 de 8 de setembro, in Diário da República, 1ª série – A N.º 175 (8 de setembro de 2015).
- Lopes, M. (2005). *O perfil do animador de campos de férias* (Monografia). Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, Porto. Obtido de [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_gdoc\\_id=540](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=540)
- Lourenço, A. (2014). *Avaliação do projeto “Casa de pré-autonomia” desenvolvido com jovens institucionalizados* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa. Obtido de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8435/1/Tese%20Final%20A%20G.pdf>
- Marsh, P., McFarland, F., Allen, J., MacElhaney, K., & Land, D. (2003). Attachment, autonomy, and multifinality in adolescent internalizing and risk behavioral symptoms. *Development and psychopathology*, 15(2), 451-467.
- Martins, A. (2002). *Autonomia e educação: A trajetória de um conceito*. *Cadernos de pesquisa*, 115, 207-232. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf>
- Martins, P. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco – Representações sociais, modos e espaços* (Tese de Doutoramento). Instituto de Estudos da Crianças da Universidade do Minho, Braga. Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/3238>

- Martins, P. (2005a). O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional - Elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade. Comunicação apresentada no *Encontro de Inadaptação Social - Inadaptação social: transformações, intervenção e avaliação*, Porto. Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6750>
- Martins, P. (2005b). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens: As respostas institucionais. Comunicação apresentada no *Encontro Cidade Solidária - Crianças em risco: Será possível converter o risco em oportunidade*, da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/3163>
- McElhaney, K., & Allen, J. (2001). Autonomy and adolescent social functioning : The moderating effect of risk. *Child development*, 72(1), 220-235.
- Merryman, M., & Mezei, A. (2012). The effects of a summer camp experience on factors of resilience in at-risk youth. *The open journal of occupational therapy*, 1(3), 1-35. Obtido de <http://scholarworks.wmich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=ojot>
- Neves, M. (2011). *Autonomia e satisfação com a vida em jovens institucionalizados: Lares de infância e juventude vs apartamentos de autonomização* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra. Obtido de <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/146>
- Noom, M., Dekovic, M., & Meeus, W. (2001). Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. *Journal of youth and adolescence*, 30(5), 577-595. Obtido de <http://lesfemmesd-alost.wdfiles.com/local--files/het-artikel/Wim%20Meeus%20Fulltext%20article.pdf>
- Pimenta, R. (2012). *Os filhos divertem-se nas colónias de férias e os pais sofrem em casa*. Obtido de <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/os-filhos-se-divertem-nas-colonias-de-ferias-e-os-pais-sofrem-em-casa-1553980>

- Pires, S. (2011). *A promoção da autonomia em jovens institucionalizados* (Relatório de Estágio). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, Bragança. Obtido de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A%20Promoc%CC%A7a%CC%83o%20da%20Autonomia%20em%20Jovens%20Institucionalizados.pdf>
- Poletto, M. & Koller, S. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de psicologia*, 25(3), 405-416. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n3/a09v25n3>
- Projeto de Resolução n. º1136/14, de 15 de outubro – Devolução das colónias de férias à gestão da segurança social e impedimento do seu encerramento. Obtido de <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a535339305a58683062334d76634770794d54457a4e69315953556b755a47396a&fich=pjr1136-XII.doc&Inline=true>
- Readdick, C., & Shaller, G. (2005). Summer camp and self-esteem of school-age inner-city children. *Perceptual and motor skills*, 101(1), 121-130. Obtido de <http://pms.sagepub.com/content/101/1/121.refs>
- Reichert, C., & Wagner, A. (2007). Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 7(3), 46-59. Obtido de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812007000300004&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812007000300004&script=sci_arttext)
- Sampaio, D., Cruz, H., & Carvalho, M. (2011). *Crianças e jovens em risco: A família no centro da intervenção*. Cascais: Principia. Obtido de [http://www.gulbenkian.pt/images/mediaRep/institucional/FTP\\_files/pdfs/PGDesenvolvimentoHumano/PGDH\\_LivroFinalCJR2011.pdf](http://www.gulbenkian.pt/images/mediaRep/institucional/FTP_files/pdfs/PGDesenvolvimentoHumano/PGDH_LivroFinalCJR2011.pdf)
- Santos, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de

Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/15593>

Steinberg, L., & Silverberg, S. (1986). The vicissitudes of autonomy in early adolescence. *Child Development*, 57(4), 841-851.

Stilwell, I. (2002). Adolescências... Adolescentes... *Educação, ciências e tecnologia*, 142-162. Obtido de <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium32/11.pdf>

Surdi, A., Cunha, A., Galvão, Z., & Grunennvaldt, J. (2013). *Trabalho, tempo livre e lazer: O elogio à educação e à cultura*. Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23069/1/surdi,%20Cunha,%20Galv%C3%A3o%20Portugu%C3%AAs.pdf>

UNICEF. (1990). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Obtido de [https://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)

Vilares, I. (2009). A institucionalização: (Des)Encontros pela relação. In Departamento de Ciências Sociais (Org.), *Actas das II Jornadas de Educação Social* (pp. 1-16). Bragança: Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Bragança.

Walker, S. P., Wachs, T. D., Gardner, J. M., Lozoff, B., Wasserman, G. A., Pollitt, E. (2007). Child development: Risk factors for adverse outcomes in developing countries. *The Lancet*, 369(556), 145-157.

YMCA Camping (s.d.). *Holiday camps*. Obtido de <http://camping.ymcansw.org.au/programs/holidayscamps>

Zimmer-Gembeck, M., & Collins, W. (2003). Autonomy development during adolescence. In G.R. Adams & M. Berzonsky (Eds.), *Blackwell Handbook of adolescence* (pp. 175-204). Oxford : Blackwell Publishers.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A – Questionário dos adolescentes**

### **Questionário – Experiência em Colónia de Férias e Autonomia**

#### **(versão adolescentes/jovens – participantes)**

Este questionário foi elaborado no âmbito do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu. Tem como principal objetivo compreender em que medida a participação numa Colónia de Férias pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia (por exemplo, seres capaz de tomar decisões, fazer escolhas, realizar atividades sozinho/a...). Para isso, a tua opinião é extremamente importante, pelo que se agradece que colabores. Garante-se o anonimato, pois o teu nome nunca aparece, bem como a confidencialidade da informação. Não há respostas certas ou erradas, apenas a tua opinião conta. Vais ser confrontado com duas partes relativas a dois grupos de respostas: a Parte I refere-se a dados de caracterização e sobre a tua experiência em Lar e Colónia de Férias, enquanto a Parte II se refere a dados sobre autonomia. Antes da entrega do questionário, certifica-te de que respondeste a todas as questões.

#### **PARTE I**

##### **1. Caracterização dos respondentes:**

1.1. Género: F  M

1.2. Idade: \_\_\_\_\_

1.3. Ocupação:

1.3.1. Estudante: ano de escolaridade \_\_\_\_ área de formação: \_\_\_\_\_

1.3.2. Outra: \_\_\_\_\_

1.4. Distrito de residência: \_\_\_\_\_

**Se frequentas ou frequentaste uma instituição de acolhimento, responde às questões que se seguem (grupo 2); se não, avança para as questões do grupo 3.**

##### **2. Experiência em instituição de acolhimento:**

2.1. Que idade tinhas quando foste viver para a instituição? \_\_\_\_\_

2.2. Neste momento ainda resides na instituição? Sim  Não

2.2.1. Se não, com que idade saíste? \_\_\_\_\_

2.3. Em que medida consideras que os técnicos/educadores da instituição contribuem/contribuíram para o desenvolvimento da tua autonomia?

Nada  Pouco  Mais ou menos  Muito  MUITÍSSIMO

### 3. Participação em Colónia de Férias

3.1. Quantos anos frequentaste a Colónia de Férias? \_\_\_\_\_

3.2. Quantos dias por ano participaste na Colónia de Férias? \_\_\_\_\_

3.3. Em geral, qual a importância da participação na Colónia de Férias para o desenvolvimento da tua autonomia?

Nada importante  Pouco importante  Importante  Muito importante

3.4. Indica três atividades realizadas na Colónia de Férias que na tua opinião contribuíram para o desenvolvimento da tua autonomia:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

3.5. Em que medida consideras que o papel dos monitores/animadores da Colónia de Férias foi importante para o desenvolvimento da tua autonomia?

Nada importante  Pouco importante  Importante  Muito importante

3.6. Como avalias a tua satisfação com a participação na Colónia de Férias?

Nada satisfeito  Pouco satisfeito  Satisfeito  Muito satisfeito

3.7. Gostarias de voltar a participar numa Colónia de Férias? Sim  Não

## PARTE II

### 4. Questionário de Autonomia nos Adolescentes

(Noom, 1999; adaptado por Graça, Calheiros & Martins, 2010)

Este questionário contém afirmações sobre várias **atitudes e comportamentos**, para que possamos compreender melhor as tuas características individuais. Lê com atenção cada uma das afirmações e assinala, por favor, com sinceridade a resposta que melhor caracteriza a tua maneira de ser, de acordo com a escala: 1 – Nada característico de mim; 2 – Pouco característico de mim; 3 – Algumas vezes característico de mim; 4 – Bastante característico de mim; 5 – Muito característico de mim.

Classifica ainda (também numa escala de 1 a 5, sendo 1 – nada e 5 – muitíssimo) em que medida a experiência na Colónia de Férias contribuiu para cada uma dessas características.

	1 – Nada característico de mim	2 – Pouco característico de mim	3 – Algumas vezes característico de mim	4 – Bastante característico de mim	5 – Muito característico de mim		A experiência na Colônia contribuiu para esta característica em mim...				
							Nada	Pouco	Mais ou menos	Muito	Muitíssimo
Noto que tenho dificuldade em decidir o que quero.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Quando atuo contra a vontade de alguém, costumo ficar nervoso(a).	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Vou direto(a) aos meus objetivos.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Consigo fazer uma escolha facilmente.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Muitas vezes não sei o que pensar.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Sinto dificuldade em começar uma nova atividade sozinho(a).	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Quando discordo de alguém, digo-lhe.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente que responder.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Consigo iniciar facilmente novos projetos ou atividades sozinho(a).	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Concordo muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Sou uma pessoa corajosa.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Sinto-me rapidamente à vontade numa situação nova.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
Muitas vezes hesito em relação ao que fazer.	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5

*Obrigada pela tua participação!*  
**Liliana Gomes Oliveira**

**ANEXO B – Questionário dos monitores/animadores**  
**Questionário – Experiência em Colónia de Férias e Autonomia**  
**(versão monitores)**

Este questionário foi elaborado no âmbito do projeto final do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu. Tem como principal objetivo compreender em que medida a participação numa Colónia de Férias contribui para o desenvolvimento da autonomia dos participantes (adolescentes/jovens), sendo a sua opinião um contributo essencial que, desde já, agradecemos. Garante-se o anonimato e confidencialidade no tratamento da informação e alertamos para que não há respostas certas ou erradas, apenas a sua opinião. Antes da entrega do questionário, certifique-se de que respondeu a todas as questões.

**2. Caracterização dos participantes:**

1.1. Género: F  M

1.2. Idade: \_\_\_\_\_

1.3. Ocupação:

1.3.1. Estudante: ano de escolaridade \_\_\_\_ área de formação: \_\_\_\_\_

1.3.2. Outra: \_\_\_\_\_

1.4. Distrito de residência: \_\_\_\_\_

1.5. Quantos anos participou como monitor/animador na Colónia de Férias: \_\_\_\_\_

1.6. Quantos dias por ano participou como monitor/animador na Colónia: \_\_\_\_\_

1.7. Como avalia a sua satisfação com a participação como monitor/animador em Colónias de Férias?

Nada satisfeito  Pouco satisfeito  Satisfeito  Muito satisfeito

**3. Opinião como monitor/animador sobre a importância da Colônia de Férias para o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes/jovens**

**2.1.** De um modo geral, na sua opinião, qual a importância da participação na Colônia de Férias para o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes/jovens?

Nada importante  Pouco importante  Importante  Muito importante

**2.2.** Em que medida o papel dos monitores/animadores da Colônia de Férias foi importante para o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes/jovens?

Nada importante  Pouco importante  Importante  Muito importante

**2.3.** Indique três tipos de atividades realizadas na Colônia de Férias que, na sua opinião, mais podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes/jovens:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

**2.4.** Colocam-se, em seguida, diversas afirmações sobre competências que nos permitem compreender melhor as características individuais dos adolescentes/jovens e respectivo contributo da participação em Colônias de Férias. Assinale, por favor, a resposta que corresponde ao seu posicionamento relativamente ao assunto em questão, de acordo com a seguinte escala:

- 1 – Não contribui;
- 2 – Contribui pouco;
- 3 – Contribui medianamente;
- 4 – Contribui muito;
- 5 – Contribui muitíssimo.

<b>Em que medida a experiência na Colónia de Férias contribui para o desenvolvimento das seguintes características nos adolescentes/jovens?</b>					
	Não contribuiu	Contribuiu pouco	Contribuiu medianamente	Contribuiu muito	Contribuiu muitíssimo
Tomar decisões de forma autónoma.	1	2	3	4	5
Estabelecer objetivos a partir da vontade própria.	1	2	3	4	5
Desenhar estratégias de ação que o conduzam à obtenção desses objetivos.	1	2	3	4	5
Avaliar as opções/possibilidades disponíveis.	1	2	3	4	5
Aprender com as situações passadas.	1	2	3	4	5
Calcular as consequências de determinado comportamento.	1	2	3	4	5
Avaliar corretamente os resultados da ação que seguiu.	1	2	3	4	5
Ter a perceção do que quer fazer da vida.	1	2	3	4	5
Analisar os valores próprios para depois tomar decisões e estabelecer objetivos.	1	2	3	4	5
Apresentar independência em relação às figuras parentais.	1	2	3	4	5
Ter uma personalidade que se reconhece como distinta da dos progenitores.	1	2	3	4	5
Desenvolver crenças maduras, realistas e equilibradas sobre a família.	1	2	3	4	5
Reconhecer os pais/mães como pessoas além do seu papel parental.	1	2	3	4	5
Sentir confiança nos objetivos, crenças e valores pessoais.	1	2	3	4	5
Demonstrar consideração pelos objetivos dos outros.	1	2	3	4	5
Conduzir a vida sem excessivas preocupações de aprovação social.	1	2	3	4	5
Resistir a pressões/influências externas (vindas de outrem).	1	2	3	4	5
Agir em função da vontade própria.	1	2	3	4	5
Desenvolver ações motivadas pelo próprio.	1	2	3	4	5
Controlar os processos psicológicos.	1	2	3	4	5
Seguir estratégias de ação para atingir objetivos pessoais.	1	2	3	4	5
Regular o próprio comportamento.	1	2	3	4	5
Controlar a própria vida.	1	2	3	4	5

*Obrigada pela sua colaboração!*

**Liliana Gomes Oliveira**

## **ANEXO C – Pedido de autorização para a utilização do instrumento**

No dia 11 de outubro de 2015 às 21:32, Liliana Oliveira <[ljisgo@hotmail.com](mailto:ljisgo@hotmail.com)> escreveu:

Exma. Senhora

Professora Doutora Maria Manuela Calheiros,

Eu, Liliana Gomes Oliveira, aluna do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, na Escola Superior de Educação de Viseu – Instituto Politécnico de Viseu, encontro-me a elaborar o Projeto Final de Mestrado, sob a orientação das ProfessorasDoutoras Rosina Fernandes e Emilia Martins. Neste âmbito, venho por este meio solicitar a V.ª Ex.ª, na qualidade de autor da adaptação e validação, autorização para utilizar a versão portuguesa do Questionário de Autonomia nos Adolescentes (QAA).

Agradeço a atenção dispensada e manifesto a minha disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,  
Viseu, 11 de outubro de 2015

Liliana Oliveira